

EDIÇÃO 4º

# BOLETIM

OBSERVATÓRIO ELEITORAL DAS AMÉRICAS



OUTUBRO 2020

## SUMÁRIO

**EDITORIAL.....3**

**O QUE SIGNIFICA O FIM DAS COLIGAÇÕES PARA O  
SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO?**

.....4

**ANÁLISE DO PRIMEIRO DEBATE PRESIDENCIAL**

**ESTADUNIDENSE DE**

**2020.....7**

**ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA: ELEIÇÕES 2020**

.....10

**ELEIÇÕES DE 2020 NA REPÚBLICA DOMINICANA: MUDANÇAS  
INSTITUCIONAIS E DIFICULDADES EM TEMPOS DE**

**PANDEMIA.....12**

## EDITORIAL

Nesta quarta edição, o Boletim USP-OEA aborda o sistema partidário brasileiro, o primeiro debate presidencial nos Estados Unidos e as eleições presidenciais na Bolívia e na República Dominicana.

No primeiro artigo do Boletim, a pesquisadora Isabella Eichhorn analisa as eleições municipais brasileiras de 2020 no que se refere ao fim das coligações partidárias. Segundo ela, o fim das coligações e o estabelecimento do desempenho mínimo são mudanças importantes no sistema multipartidário brasileiro.

No artigo seguinte, Vitor Balbachevsky analisa o primeiro debate

presidencial estadunidense de 2020, ressaltando as diferentes intenções e objetivos dos candidatos Trump e Biden. No terceiro artigo desta edição, Lucas Damasceno traça o panorama político da Bolívia desde a eleição invalidada de outubro de 2019. Esse assunto será tema de novos artigos nas próximas edições, já que esse pesquisador também é observador eleitoral da OEA e esteve presente nas eleições de 2020.

Por fim, Matheus Gregorio analisa as eleições gerais na República Dominicana no contexto de pandemia, em que, segundo ele, houve acertos e erros em sua condução.

Janina Onuki (IRI-USP)

Rodrigo Lyra (IRI-USP)

## **O QUE SIGNIFICA O FIM DAS COLIGAÇÕES PARA O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO?**

**ISABELLA FARINELLI EICHHORN<sup>1</sup>**

As eleições para as Câmaras Municipais de 2020 serão as primeiras sem as coligações partidárias, o que impacta diretamente nos quocientes eleitoral e partidário. O primeiro é calculado pela divisão do número de votos válidos pelo número de cadeiras a serem preenchidas e representa o número de votos que um candidato deve receber para se eleger. O segundo é calculado pelo número de votos válidos dividido pelo quociente eleitoral e representa o número de cadeiras que cada partido ocupará na Câmara. De modo simplificado, os eleitores estão primeiro votando no partido para que este atinja o quociente partidário, depois discriminando dentro da legenda quem é seu candidato e, em tese, somente os mais votados dentro do partido ocuparão as cadeiras.

O sistema proporcional gera algumas distorções como a dos “puxadores de voto”, candidatos que recebem número de votos muito superior ao mínimo requerido, aumentando o número de cadeiras a serem preenchidas pelo partido muitas vezes por candidatos que não atingiram o quociente eleitoral. Em 2015, foi sancionada a Lei Nº 13.165 que estabelece cláusula de desempenho mínimo de 10% do quociente eleitoral aos candidatos ao Legislativo, ou seja, mesmo que um candidato de um partido conquiste muitas cadeiras à legenda, essas só poderão ser ocupadas por aqueles que receberem número de votos superior a um mínimo estipulado. A mesma lei institui a cláusula progressiva de distribuição do fundo partidário, atrelando essa aos resultados de cada sigla nas urnas.

Outra mudança para diminuir as distorções do sistema proporcional foi feita pela Emenda Constitucional Nº 97 de 2017 que estabelece o fim das coligações partidárias. A partir deste ano, os partidos poderão somente formar alianças para as eleições majoritárias, o que na prática torna muito mais difícil para uma legenda atingir o quociente partidário e conquistar uma cadeira no Legislativo. Estão registrados no TSE hoje 33 partidos, muitos deles com poucos filiados

<sup>1</sup> Estudante de graduação do IRI-USP. É pesquisadora do Observatório Eleitoral das Américas.

e parlamentares eleitos, siglas que possivelmente não atingiriam o quociente partidário sem formar uma coligação.

O entendimento constitucional de que partidos possuem total liberdade para criar alianças entre si foi em parte derrubado pela nova redação proveniente da Emenda de 2017. Em um sistema multipartidário, é comum que partidos com ideologias semelhantes formem coligações para conquistar terreno político. No Brasil, com o grande número de siglas, tornaram-se corriqueiras as alianças para que os partidos menores com candidatos menos populares tivessem maiores chances nas eleições e o fim das coalizões coloca em risco a capacidade de muitos candidatos de partidos com pouca força de atingirem o quociente eleitoral e conquistarem cadeiras. Tal quadro está refletido no número de candidaturas à vereança. Segundo o Repositório de dados do Tribunal Superior Eleitoral, somente na cidade de São Paulo o aumento foi de 50% em relação a 2016, o que já era esperado segundo as convenções partidárias que reuniram um número recorde de pré-candidatos. Em escala nacional, o aumento foi de 11% somando mais de 510 mil candidaturas aos cargos eletivos, ou seja, cada partido por si lançou um elevado número de candidatos na tentativa de receber votos suficientes para atingir o quociente partidário, o que significa altos gastos a todos

os partidos e confere preferência a candidatos já conhecidos de legendas maiores.

O fim das coligações e o estabelecimento do desempenho mínimo, atrelados à nova cláusula de recebimento do fundo partidário, demonstram mudanças substanciais ao multipartidarismo brasileiro e seu financiamento. É possível que muitos políticos migrem para legendas maiores e que muitas cheguem a ser dissolvidas ou fundidas na tentativa de conquistar financiamento e cadeiras no Legislativo. Tais mudanças, caso levadas a cabo, impactarão profundamente no sistema partidário brasileiro. Os resultados das eleições de 2020, de caráter inédito, poderão ditar a continuidade das novas normas, já que estas se opõem aos interesses de diversos partidos. Ocorre atualmente no Senado a tramitação da PEC Nº 67 de 2019, que revoga a modificação feita em 2015 e permite novamente as coligações partidárias. Ao final, a manutenção ou não da proibição às coalizões depende da vontade política dos parlamentares e do resultado das eleições deste ano aos seus partidos.

**PEC 67/2019 - Senado Federal.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136603>>. Acesso em: 15 out. 2020.

**Eleições 2020: como vereadores são eleitos? Entenda o que é o quociente eleitoral.**

**Disponível em:** <<https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/eleicoes-2020-como-vereadores-sao-eleitos-entenda-o-que-e-o-quociente-eleitoral,99d792cfe6316ee4b533ccdc7bb5e3b7uxa9iet.html>>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

**Eleições deste ano trazem cláusulas de desempenho para candidatos e partidos - Notícias.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/542608-eleicoes-deste-ano-trazem-clausulas-de-desempenho-para-candidatos-e-partidos/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Minirreforma eleitoral (2015). Diário Oficial da União, Brasília, DF, Edição extra, 29 de setembro de 2015. Seção 1, pág 1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13165-29-setembro-2015-781615-publicacaooriginal-148246-pl.html>>

**Estatísticas Eleitorais.** Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 15 out. 2020.

**São Paulo tem o maior número de candidatos a vereador ao menos desde 2008.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/noticia/2020/09/30/sao-paulo-tem-o-maior-numero-de-candidatos-a-vereador-ao-menos-desde-2008.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2020.

## **ANÁLISE DO PRIMEIRO DEBATE PRESIDENCIAL ESTADUNIDENSE DE 2020**

**VITOR BALBACHEVSKY<sup>2</sup>**

Na noite de 30 de setembro ocorreu o primeiro debate entre os candidatos à Presidência dos Estados Unidos da América, transmitido pela rede de televisão CNN e moderado pelo jornalista Chris Wallace, âncora da rede Fox News. Os assuntos recebiam 15 minutos de atenção dos candidatos com dois minutos para cada um discorrer livremente e os outros onze de debate direto. Foi o primeiro encontro público de Joe Biden, o candidato democrata, e Donald Trump, do Partido Republicano, que se reuniram na Case Western Reserve University

<sup>2</sup> Graduando em Relações Internacionais pelo IRI-USP. É pesquisador do Observatório Eleitoral das Américas.

em Cleveland, Ohio - um dos *swing states* decisivos para a eleição - para discutir seus planos para os próximos quatro anos à frente do país.

O primeiro tópico abordou uns dos mais recentes atos do presidente, a indicação da juíza federal Amy Coney Barrett para a vaga na Suprema Corte deixada após o falecimento de Ruth Bader Ginsburg. Trump montou um forte argumento em cima de suas prerrogativas do cargo estabelecidas pela Constituição e da maioria republicana no Senado, enquanto Biden o criticou por ter nomeado uma juíza durante a eleição (em função dos votos já enviados pelos eleitores através dos correios) e argumentou que o vencedor do pleito deve escolher o próximo ministro da corte, tal qual argumentaram os republicanos em 2016 ao rejeitarem a indicação de Merrick Garland feita por Barack Obama, mas o democrata não respondeu se adicionaria mais juízes à Suprema Corte para “compensar” a maioria republicana. A argumentação de Trump pode ser resumida na frase proferida por ele: “Não sou eleito por três anos, sou eleito por quatro anos”.

Em questões práticas de políticas e suas justificativas, o primeiro bloco, apesar de caótico, foi o mais proveitoso. O que se seguiu foram segmentos preenchidos de falta de moderação, interrupção constante e falta de propostas por parte do presidente Trump.

Ao falar de outro assunto chave dessa corrida presidencial, o Obamacare ou Medicare, o republicano atacou Biden dizendo que ele queria instituir um regime socialista de saúde pública e acabar com as empresas privadas de seguro de saúde, sendo rebatido pelo democrata que disse que busca apenas oferecer uma opção pública de saúde àqueles que se qualificam ao programa mais básico de assistência médica, o Medicaid. Trump não elaborou qual seria o substituto do Obamacare, um grande tópico de sua campanha, mas disse que o melhorou ao excluir o *individual mandate* como um dos requisitos do programa e que ajudou o sistema de saúde privado e seus usuários ao promover cortes de preços nos medicamentos e permitindo que estados comprem medicamentos no exterior a um menor preço.

Ainda no assunto de saúde pública, porém sob o tópico da pandemia de coronavírus, Trump defende sua estratégia para combater o vírus ao afirmar que se Joe Biden fosse presidente em seu lugar seu plano teria sido pior e mais devagar, e como prova de seus argumentos ele cita a epidemia de gripe suína H1N1. Para além, Trump flutua que uma vacina estará pronta e será distribuída até o fim do ano, apesar de não haver indícios disso e que não há problemas em seus comícios porque são feitos ao ar livre, mesmo com a aglomeração de pessoas.

Progredindo para a economia gravemente atingida pela pandemia, os candidatos divergiram em suas visões, com o republicano defendendo uma recuperação rápida e vigorosa em “V” e o democrata com uma visão de que a recuperação seria em “K”, com bilionários aumentando suas riquezas e a classe média e baixa sofrendo mais. Nesse assunto, Trump explora o raciocínio de que sob Biden (e Obama) os EUA tiveram a recuperação econômica mais lenta desde 1929 e que a economia que ele recebeu em 2017 estava fragilizada, mas que mesmo assim conseguiu adicionar 700 mil empregos na indústria pré-COVID com suas políticas de desregulamentação e incentivo à indústria nacional. Biden apresentou propostas baseadas em aumentos de impostos para grandes empresas e em grandes investimentos estatais em infraestrutura para modernizar o que já existe, criar empregos e novas estruturas adequadas à realidade do aquecimento global.

Em um dos assuntos que marcaram o ano, as tensões raciais dentro dos Estados Unidos, Trump tenta se firmar como o candidato da lei e da ordem, ao mesmo tempo em que tenta expor o passado controverso e racista de Biden. Trump tenta mostrar que não é racista, mas também que é firme com o crime e protestos violentos e que Biden não tem pulso para lidar com instabilidades sociais. O democrata, por sua vez, expõe a

falha de Trump em condenar passeatas racistas de extrema-direita, reconhece o racismo sistêmico dentro do país, mas expõe que há “maçãs ruins” dentro das polícias e que elas devem receber ajuda federal para retirar os maus elementos que mancham seus nomes.

Sob o tópico do aquecimento global, impopular entre os republicanos, Trump defendeu que sua política de relaxamento de regulamentações ambientais e incentivo à indústria de combustíveis fósseis foi essencial para manter empregos no país e manter os custos de energia baixos. Atacando o adversário, o presidente reforçou a ideia de que o *Green New Deal* (não apoiado por Biden) é contra o *American Way of Life* e antipatriótico. Biden, em resposta, fala que apoia o seu plano para lidar com o meio ambiente, a reentrada dos EUA nos Acordos de Paris e o cuidado para manter os empregos na indústria de combustíveis fósseis, principalmente petróleo e carvão.

O último assunto e um dos mais polêmicos de todo o debate, foi com relação à eleição, especificamente em relação ao voto pelos correios conhecido como *mail-in ballot*. Quando questionado pelo moderador se aceitaria uma derrota por meio dos votos pelos correios e se estaria disposto a usar a Suprema Corte, incluindo a Ministra Barrett - caso confirmada - para resolver a eleição,



Trump disse que dificilmente aceitaria tais resultados e que eles são passíveis de extensa fraude, além de questionar a possibilidade de enviar votos depois da data oficial da eleição e a demora entre a data da eleição e a data final da contagem de votos, e que conta com a Suprema Corte (e a Min. Barrett) para fiscalizar cédulas fraudulentas. Biden em contraponto, fez um apelo para que os cidadãos votem, independentemente da forma, disse que confia nos votos por correio e que não gostaria de ver a disputa eleitoral parar nos tribunais.

Com o fim do debate, ficam evidentes as diferentes intenções dos candidatos. Joe Biden buscou expor seus planos e como ele teria feito as coisas de forma diferente caso já estivesse no poder, enquanto Trump frequentemente o interrompia e usava seu tempo de fala para se desresponsabilizar dos fatos ocorridos em seu governo e para dizer que Biden teria feito um trabalho pior. As constantes interrupções de Trump e a falta de propostas concretas para os próximos 4 anos ressoaram negativamente com o público estadunidense e pesquisas de intenção de voto pós-debate mostram um aumento da margem de Biden sobre o republicano.

*Este texto não necessariamente representa a posição da OEA, mas tão somente a opinião do autor.*

## Referências

COHN, N. The Upshot on Today's Polls. **The New York Times**, 15 out. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/live/2020/presidential-polls-trump-biden>

**Replay: The first 2020 presidential debate on CNN - YouTube.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yHF18TsSKXY>. Acesso em: 15 out. 2020.

MEHTA, A. B., Ritchie King and Dhruvil. **National President: general election Polls.** Disponível em: <https://projects.fivethirtyeight.com/polls/>. Acesso em: 15 out. 2020.

First Presidential Debate Biden-Trump: Live Updates And Fact Check. **NPR.** Disponível em: <https://apps.npr.org/liveblogs/2020-929-debate/>. Acesso em: 15 out. 2020.

## ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA: ELEIÇÕES 2020

LUCAS DAMASCENO OLIVEIRA<sup>3</sup>

Um ano após a eleição invalidada de outubro de 2019, que desencadearia na queda de Evo Morales (Movimiento al Socialismo, MAS) da Presidência e em seu exílio – atualmente na Argentina – o Estado Plurinacional da Bolívia realiza eleições no dia 18 de outubro de 2020. Em disputa estão 130 postos no Parlamento e 36 no Senado (somando a totalidade do Legislativo), 9 representações em organismos supraestatais e a Presidência e a Vice-Presidência.

O Artigo 43 da Ley del Régimen Electoral<sup>4</sup> boliviana determina o voto igual, universal, individual, secreto, livre e obrigatório (18+). Mesmo diante da pandemia de COVID-19, os cidadãos residentes no exterior poderão votar nos países com representação oficial, assegura o Superior Tribunal Eleitoral – entidade máxima do Órgão Eleitoral Plurinacional (OEP), quarto Órgão do Poder Público com autonomia equivalente ao

Executivo, Legislativo e Judiciário, e responsável pelo processo eleitoral.

O cálculo eleitoral está diferenciado para cada posto. O voto majoritário se aplica para o Executivo Nacional, com uma ressalva de pluralidade – ainda que não atinja 50% dos votos, a candidata mais votada poderá assumir o cargo se alcançar mais de 40% com uma distância mínima de 10% em relação à segunda colocada. O Senado é eleito de maneira proporcional com representação de 4 senadores por Departamento. O cálculo para distribuição das cadeiras da câmara caixa é um pouco mais complexo. Segundo a Ley del Régimen Electoral Art. 60 parágrafo I, 70 deputados são eleitos em circunscrição uninominal; destes, 7 são eleitos em Circunscrições Especiais Indígenas Campesinas (Art. 61, parágrafo I). Os demais 60 postos são eleitos através de listas plurais com equidade de gênero (Art. 58, parágrafo II), e cujo cálculo proporcional inclui a votação para o Executivo. Para esta eleição o voto está restrito às cidadãs e aos cidadãos bolivianos, mas é permitido aos estrangeiros em eleições locais, desde que tenham residido por pelo menos dois anos na cidade (Art. 45, b).

Após aparecer fora de um possível segundo turno em pesquisas de intenção de voto, a presidente interina, Jeanine Áñez

<sup>3</sup> Doutorando em Relações Internacionais pelo IRI-USP e graduando em Direito também pela USP. É pesquisador do Observatório Eleitoral das Américas.

<sup>4</sup> <https://pdba.georgetown.edu/Electoral/Bolivia/Ley26-2010.pdf>

(Movimiento Democrático Social), se retirou da corrida presidencial. Segundo pesquisa realizada pela consultoria CELAG<sup>5</sup> no dia 2 de outubro, os três candidatos que aparecem na liderança da preferência eleitoral são: Luis Acre (MAS, partido de Evo Morales); Carlos Mesa (Frente Revolucionário de Izquierda, FRI, e candidato pela aliança política Comunidad Ciudadana, CC); e Luis Fernando Camacho (independente, candidato pela aliança Creemos).

Convidada a observar a eleição, a Organização dos Estados Americanos (OEA) enviou uma Missão de Observação Eleitoral (MOE), como havia feito em 2019. Naquele ano, devido suspeitas de fraude eleitoral, a OEA também coordenou uma missão de auditoria que terminou por concluir pela existência de fraude no pleito de outubro de 2019. A MOE deste ano estará adaptada às condições sanitárias da pandemia, assim como as missões já realizadas na República Dominicana e Suriname – e futuramente no Brasil, conforme convite à OEA feito pelo Tribunal Superior Eleitoral. Além da OEA, a União Europeia, a União de Organismos Eleitorais da América e o Centro Carter foram convidados e concordaram em enviar observadores para acompanhar as eleições do dia 18 de outubro. Todas as missões tiveram de adequar-se à realidade da pandemia, assim

como adotar novas medidas de segurança sanitária, como a testagem de todos observadores.

Conforme determina a legislação eleitoral boliviana, as cidadãs e cidadãos bolivianos poderão acompanhar a contagem dos votos nos centros eleitorais após o fechamento oficial da votação. Caso seja necessário um segundo turno, este deverá acontecer no dia 9 de novembro. A posse das autoridades eleitas está programada para o período de 23 de novembro de 5 de dezembro, em casa de uma vitória no primeiro turno, e para 22 a 26 de dezembro, caso ocorra um segundo turno.

---

<sup>5</sup> <https://www.celag.org/encuesta-bolivia-octubre-2020/>

## **ELEIÇÕES DE 2020 NA REPÚBLICA DOMINICANA: MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E DIFICULDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA**

**MATHEUS GREGORIO TUPINA SILVA<sup>6</sup>**

Foram realizadas, no dia 5 de Julho de 2020, as eleições gerais na República Dominicana, a fim de eleger a Presidência e a Vice-Presidência, o Senado e a Câmara. Tais eleições seriam realizadas inicialmente no dia 17 de Maio, mas foram adiadas por conta da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2). O candidato Luis Abinader, parte da oposição, venceu a eleição para presidente, com 52,51% dos votos válidos, contra 37,46% dos votos para Gonzalo Castillo, candidato do governo. Anteriormente, no dia 15 de Março de 2020, foram realizadas as eleições locais para o país, elegendo prefeitos e administradores municipais.

Tanto as eleições gerais quanto as municipais possuíram novidades institucionais. Destaca-se a Lei nº 33-18, de Partidos, Grupos e Movimentos Políticos, e a Lei Orgânica do

Regime Eleitoral nº 15-19. Os dois instrumentos legais possuem como objetivo o aumento da transparência no trâmite eleitoral, instituindo a necessidade de prestação de contas nas campanhas, organização dos processos internos de partidos políticos nas escolhas de candidatos, cotas de gênero, além de sanções especiais a serem realizadas em caso de fraude eleitoral.

No que concerne às eleições municipais, pôde-se notar uma falta de coordenação entre a administração eleitoral e os dirigentes de partidos no dia do pleito. No dia da eleição, o país experimentava, como um todo, a utilização de tecnologia eleitoral com urnas eletrônicas. Porém, vários locais de votação tiveram problemas, e alguns dirigentes de partido argumentaram a falta de fiscalização das urnas eletrônicas na véspera do pleito, algo que não foi confirmado por nenhuma autoridade eleitoral ou administrativa do país. Isso levou à decisão da *Mesa Electoral Central* de adiar, por um mês, as eleições, revertendo o voto para as cédulas em papel.

Segundo o relatório de observação da Organização dos Estados Americanos (OEA), a administração do período eleitoral, tanto no dia 16 de Fevereiro quanto no dia 15 de Março, realizou todos os trâmites para uma transição minimamente organizada entre

<sup>6</sup> Graduando em Relações Internacionais pelo IRI-USP e pesquisador do Observatório Eleitoral da USP.

datas próximas e entre a metodologia para o processo. Recomendou, para as próximas eleições, a melhoria de passos chave para a implementação eleitoral, como a documentação de todos os passos e decisões tomadas, aumentar o diálogo com partidos políticos, além de melhorias na administração da tecnologia eleitoral, como códigos de software próprios, sistemas de congelamento do hardware em caso de fraude ou violação de lacre, e auditorias.

No caso das eleições gerais, as inovações sanitárias tomam grande protagonismo diante do contexto. Para a realização das eleições, foi aconselhado o voto pela manhã, a fim de evitar aglomerações. Também foram consultadas diversas organizações, nacionais e internacionais, para a implementação de protocolos rígidos para o dia. O ministro da Saúde Pública, Rafael Sánchez Cárdenas, reconheceu nesta semana que foi difícil controlar as aglomerações no contexto eleitoral. O país registrou o recorde de contágios diários no dia da eleição, com cerca de 1200 novos casos reportados, segundo as autoridades de saúde nacionais. Na véspera da eleição, o país havia registrado pela primeira vez a marca de 1000 infectados em somente 24 horas.

Luis Abinader, candidato pela segunda vez à Chefia do Executivo Dominicano, foi eleito em um contexto de resposta da sociedade à

forma como a administração de Danilo Medina, do *Partido de la Liberación Dominicana* (PLD) lidou com a crise do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que até a eleição havia feito aproximadamente 37 mil casos e 800 mortos. A eleição do mandatário rompe com 16 anos de governo do PLD, que trouxeram o maior crescimento econômico médio em um país da América Latina, girando em torno dos 6,3% anuais. Espera-se que o novo Presidente seja capaz de trazer a retomada econômica aos principais setores do país – a saber, o turismo e a agropecuária – apesar da crise sanitária mundial vivida.

Para as eleições presidenciais, a Organização dos Estados Americanos elaborou outro relatório de observação. Neste, argumentou que, apesar de tranquilidade em geral do processo eleitoral, é necessário pensar em respostas institucionais à compra de votos, além de melhorias na infraestrutura sanitária eleitoral apesar do reconhecimento do grande esforço em realizar a totalidade dos requerimentos de saúde. Também foram pedidas melhorias no *enforcement* das leis de cotas eleitorais, a fim de aumentar a participação política de mulheres.

Em suma, as eleições na República Dominicana mostraram o quão difíceis os processos eleitorais podem ser quando administrados em tempos de crise ou de dificuldades, sejam elas econômicas, sociais

ou de saúde. Serviram também como uma experiência e como um exemplo de que há a possibilidade de realização dos processos eleitorais em meio à pandemia de forma segura, bem organizada e que torne o pleito agradável e forte democraticamente para a sociedade. Inaugura-se, nessa pandemia, um regime de acertos e erros, que deve ser testado – com segurança – a fim de manter as instituições democráticas mais fortes, sempre entregando mais direitos para mais pessoas.

## Referências

Change in Dominican Republic as opposition wins presidency. BBC, 06 Jul 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-53268860>

COTA, I. América Latina encara processo eleitoral inédito com mais de dez eleições marcadas pela pandemia. El País, 05 Out 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-05/america-latina-encara-proceso-eleitoral-inedito-com-mais-de-dez-eleicoes-marcadas-pela-pandemia.html>

DANILSA PEÑA MEDINA. Panorama electoral de las Elecciones de República Dominicana del año 2020. Demo AmLat, 05 Mai 2020. Disponível em: <https://www.demoamlat.com/panorama->

[electoral-de-las-elecciones-de-republica-dominicana-del-ano-2020/](https://www.bbc.com/news/world-latin-america-53226640)

LIMA, L. Elecciones en República Dominicana: cómo llega el país que más creció en América Latina en la última década a las primeras elecciones con pandemia en la región. BBC News, 05 Jul 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-53226640>

Opositor Abinader vence a eleição presidencial da República Dominicana. UOL, 06 Jul 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/07/06/opositor-abinader-vence-a-eleicao-presidencial-da-republica-dominicana.htm>

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. OAS Mission to the Dominican Republic acknowledges the effort made by the Central Electoral Board to organize elections and implement its recommendations. Washington, 16 Mar 2020. Disponível em: <http://www.oas.org/fpdb/press/Preliminary-Report-EOM-DR---FINAL.pdf>

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. Informe preliminar de la Misión de Observación Electoral de la OEA en la República Dominicana. Washington, 10 Jun 2020. Disponível em: <http://www.oas.org/eomdatabase/MoeRepo.rt.aspx?Lang=en&Id=425&MissionId=506>

República Dominicana vota para presidente após dia recorde de contágios. Correio Braziliense, 05 Jul 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/07/05/interna\\_mundo,869600/república-dominicana-vota-para-presidente-apos-dia-recorde-de-contagio.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/07/05/interna_mundo,869600/república-dominicana-vota-para-presidente-apos-dia-recorde-de-contagio.shtml)



**Boletim Observatório Eleitoral das Américas.** Publicação do Observatório Eleitoral das Américas da Universidade de São Paulo (USP). O Observatório foi constituído a partir do convênio assinado entre a USP e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

**Coordenação científica:** Prof. Janina Onuki e Prof. Amâncio Jorge de Oliveira.

**Editores:** Rodrigo Pedrosa Lyra, Isabella Farinelli Eichhorn e Matheus Gregório Tupiná Silva.

Os textos e análises do Boletim Observatório Eleitoral das Américas da USP não necessariamente representam as opiniões da Organização dos Estados Americanos (OEA)

## Apoio



**OEA**

Mais direitos para mais pessoas